

(Re)Pensando o Fazer *Psi* no Sistema Prisional: Relato de Experiência(Re)Pensando en Hacer *Psi* en el Sistema Penitenciario: Relato de Experiencia(Re)Thinking About Doing *Psi* in the Prison System: Report of Experience**Wanessa Castro Camargo**ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3388-4976>*Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul/Brasil***Lutiana Ricaldi da Rosa**ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1142-1049>*Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul/Brasil*

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.

[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)**Resumo**

Este trabalho se trata de um relato de experiência de estágio integrador em Psicologia e teve como objetivo ampliar estratégias de intervenção com foco na área da educação complementar como forma de colaborar na qualidade de vida intra-muros e preparar para o desafio da mudança na convivência em meio social. O Projeto de Intervenção em Educação Complementar foi aplicado em um estabelecimento prisional de regimes aberto e semiaberto masculino, da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS/Brasil. Fez-se necessário como referencial a Psicologia Social e Institucional para um olhar diante dos processos que se dão neste contexto e a Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano para nos atentarmos aos presos, ao aprisionamento como episódio de vida e aos fatores de proteção/risco da sua rede de apoio sócio-afetiva. Obtivemos como resultados a ampliação da atuação da Psicologia, reiterando sua importância nesse contexto, dando ênfase a educação como meio de trabalhar a percepção, a cognição e a reflexão crítica sobre si mesmo e o mundo considerando os participantes em sua integralidade e construindo uma relação de respeito a coletividade, vislumbrando projetos de vida para integração social. Esta experiência também denotou a importância em desconstruir práticas que reiteram a exclusão social e a romper com os abismos entre profissionais do sistema. Por fim, a Psicologia deve se propor a uma maior dinamicidade a fim de atender os processos institucionais e as demandas sociais que assolam a vida cotidiana.

Palavras-chaves: Atuação da Psicologia; Sistema prisional; Pessoas privadas de liberdade; Regime semiaberto.

Resumen

Este trabajo se trata de un relato de experiencia de etapa integradora en psicología y tuvo como objetivo ampliar estrategias de intervención con foco en el área de la educación complementaria como forma de colaborar en la calidad de vida intramuros y preparar para el desafío del cambio en la convivencia en medio social. El Proyecto de Intervención en Educación Complementaria fue aplicado en un establecimiento prisional de regímenes abierto y semiaberto masculino, de la Región Metropolitana de

Porto Alegre/RS/Brasil. Se hizo necesario como referencial la Psicología Social e Institucional para una mirada ante los procesos que se dan en este contexto y el Enfoque Ecológico del Desarrollo Humano para atarnos a los presos, al encarcelamiento como episodio de vida ya los factores de protección/riesgo red de apoyo socio-afectivo. En este contexto, obtuvimos como resultados la ampliación de la actuación de la psicología, reiterando su importancia en ese contexto, dando énfasis a la educación como medio de trabajar la percepción, la cognición y la reflexión crítica sobre sí mismo y el mundo considerando a los participantes en su integralidad y construyendo una relación de respeto a la colectividad, vislumbrando proyectos de vida para integración social. Esta experiencia también denotó la importancia en deconstruir prácticas que reiteran la exclusión social y romper con los abismos entre profesionales del sistema. Por último, la psicología debe proponerse a una mayor dinamicidad a fin de atender los procesos institucionales y las demandas sociales que asolan la vida cotidiana.

Palabras clave: Actuación de la psicología; Sistema prisional; Personas privadas de libertad; Régimen semiabierto

Abstract

This work is about an experience report of integrative internship in psychology and had the objective of expanding intervention strategies with a focus on the area of complementary education as a way of collaborating in the quality of life within the walls and prepare for the challenge of the change in the coexistence in social environment. The Intervention Project in Complementary Education was applied in a prison institution of open and semi-ate male systems, of the Metropolitan Region of Porto Alegre/RS/Brazil. It was necessary as a reference the Social and Institutional Psychology for a look at the processes that take place in this context and the Ecological Approach of Human Development to pay attention to the prisoners, the imprisonment as an episode of life and the protection/risk factors of their social-affective support network. We obtained as results the amplification of the performance of psychology, reiterating its importance in this context, emphasizing education as a way to work the perception, cognition and critical reflection about oneself and the world considering the participants in their integrality and building a relationship of respect the collectivity, envisioning life projects for social integration. This experience also denoted the importance of deconstructing practices that reiterate social exclusion and break with the gaps between professionals in the system. Finally, psychology must propose a greater dynamicity in order to attend to the institutional processes and the social demands that devastate the daily life.

Keywords: Psychology performance; Prison system; People deprived of their liberty; Semi-open regime.

Introdução

O ingresso da Psicologia no sistema prisional brasileiro se deu no Rio de Janeiro, no ano de 1962, em manicômios junto aos infratores que possuíam algum transtorno mental, atuando na análise de casos de medidas de segurança. Posteriormente, expandindo-se para unidades prisionais e através da Comissão Técnica de Classificação (CTC) exerciam a elaboração de laudos e pareceres para obtenção de benefício da pena de presos condenados. A prática da Psicologia no tratamento e execução

penal foi sendo desenvolvida a partir das próprias experiências adquiridas por parte desses profissionais, não existindo uma formação específica para esse campo de intervenção, uma vez que a discussão não despertava atenção do meio acadêmico (Medeiros & Silva, 2015). Portanto, ao se buscar qualificação para a Psicologia no sistema prisional se incentivava a relação com Psicologia Jurídica e a Psicologia Forense.

A Psicologia jurídica possui diversas subáreas sendo uma especialidade da

Psicologia e agrega profissionais que atuam em interação com a justiça. O papel do psicólogo jurídico é auxiliar na tomada de decisão de processos judiciais através da perícia psicológica, analisando questões relativas a saúde mental e ao comportamento, emitindo laudos e pareceres. O campo de atuação da Psicologia jurídica é diverso, é antigo, carece de publicações e abarca a atuação desse profissional nas prisões, no sentido da análise do comportamento criminoso em resposta ao Judiciário. O termo Psicologia Jurídica é mais comum no Brasil e tem um significado mais amplo acerca da relação que se faz com a área do direito. Em outros países, a exemplo da Argentina costuma-se denominar Psicologia Forense ou *Psicología y Lei*, relativo a foro judicial e aos tribunais (França, 2004).

Popolo (1996) coloca que a Psicologia jurídica tem por objeto de estudo realizar um recorte sobre os comportamentos complexos e significativos que ocorrem ou podem vir a ocorrer, em função de dar aporte ao mundo do direito. Assim, a Psicologia jurídica ou forense pode contribuir na aplicação mais eficiente do tratamento e decisão judicial.

A Psicologia Penitenciária é uma das áreas que abrangem a Psicologia Jurídica e faz parte da fase de execução das penas. O psicólogo dessa área realiza estudos sobre intervenções junto ao recluso, atua na prevenção e também na promoção da qualidade de vida do mesmo, bem como realiza um trabalho direto com agentes, egressos e em penas alternativas. A atuação dos psicólogos inseridos no sistema prisional retrata a importância de trabalhos durante a execução das penas para que seja realmente voltado para ressocialização do sujeito. Já a Psicologia Judiciária trabalha com as testemunhas, jurados ligados a processos da área do Direito (França, 2004).

No entanto, apesar da Psicologia no sistema prisional ter proximidade com o campo judicial, seus profissionais historicamente veem problematizando seu papel, sua função, suas demandas no campo institucional e público alvo. Sendo sua atuação tendo que ser

percebida para além da análise do comportamento em resposta ao processo que eclodiu na pena, mas de como cumprir satisfatoriamente a pena e se prevenir dos efeitos subjacentes a prisionização.

Até os dias de hoje ainda se tenta desvencilhar da doutrina positivista que entendia que os psicólogos poderiam prever um comportamento adequado ou criminoso para a sociedade, ou seja, acreditando que existiam pessoas pré-determinadas ao ato ilícito ao decorrer de suas vidas. Porquanto, a Psicologia dentro do sistema prisional se encontra atravessada por processos instituídos que estão permeados pela historicidade de sua prática, o que acaba sendo mais um desafio para o fazer *psi* neste contexto. A elaboração de trabalhos que consideram as subjetividades de cada um, seus recursos, suas possibilidades e potencialidades ainda encontram barreiras no seu planejamento e manutenção. O fazer *psi* precisa superar as práticas cristalizadas de um ambiente regulador e de assujeitamento, para construir espaços mais humanizados, que pensem de fato na prevenção e promoção de qualidade de vida de pessoas privadas de liberdade (Rosa & Antoni, 2007).

A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços na garantia de direitos do indivíduo, havendo uma necessidade de posicionamento da Psicologia frente a essas garantias, sendo solicitada sua atuação em diversos âmbitos da Justiça e do sistema prisional. É esperado que esses profissionais possam desenvolver estratégias de promoção de saúde, garantindo seus direitos prescritos na Constituição de 1988. O Seminário Nacional de Psicologia em interface com a Justiça e os Direitos Humanos: um compromisso com a sociedade discutiu importantes temas relacionados a prática da *psi* dentro desses contextos enquanto protetora e promotora dos Direitos Humanos. Devemos negar práticas que servem para reiterar a exclusão social desses sujeitos e por isso buscamos pensar e (re)pensar esse fazer *psi*, buscando estratégias ampliadas na atuação de profissionais inseridos no sistema prisional (Conselho Federal de Psicologia, 2011).

Cada vez mais os profissionais que atuam neste espaço buscam intervenções que ultrapassem a visão preso e crime e considere a pessoa em sua totalidade através de seus recursos internos, rede de apoio, fatores de proteção e fatores de risco de modo a fortalecer ou ativar áreas em prol de uma convivência social mais sadia. Assim, se considera que por trás de determinado comportamento existe uma pessoa dona de uma história particular, o qual deve ser enxergado para além de um fato criminal ou rótulo que lhe foi imposto.

Os atravessamentos que articulam a prática estão marcados pela falência do Sistema Prisional, pela falta de recursos humanos, materiais e físicos e um descrédito na atuação com pessoas presas manifestada muitas vezes por um olhar punitivista e que reforça o círculo vicioso da criminalidade. É importante que se possa pensar em uma prática “para além dos muros da instituição prisional, estimulando a descontinuidade dos círculos viciosos que promovem a exclusão” (Brasil, 2007, p.12).

Cabe salientar que mesmo sendo insuficiente, há um investimento maior nos procedimentos operacionais de segurança dentro do sistema prisional em detrimento das áreas técnicas. Por outro lado, a própria Psicologia deveria ressignificar o seu lugar no que concerne às práticas avaliativas que recaem sobre a classificação de sujeitos para a utilização da avaliação como diagnóstico para investir na promoção de um melhor cumprimento de pena, assim sendo, a individualização de pena. Ou seja, saindo do prescrito para o real. Até mesmo porque o profissional da Psicologia atua na intermediação de políticas e recursos junto a Sociedade Civil e Judiciário para alavancar meios que possam fazer valer aquilo que o cumprimento de pena melhor se prescreve. Dessa forma, a Psicologia no seu processo de inserção no território das prisões precisa cada vez mais ser demarcada, delineada e esclarecida. Atualmente, já não é mais concebível pensar que a Psicologia concorre com o espaço da segurança, ambas se complementam, apesar de cada uma ter seu tipo

de abordagem/intervenção para trabalhar limites.

Ao que compete a área técnica da Psicologia nota-se que para fazer diferente ou para que tenhamos melhor resposta quanto ao comportamento de pessoas em cumprimento de pena na sua preparação para a vida extramuros, devemos ultrapassar ditas barreiras e nos focarmos em nosso próprio investimento pessoal enquanto profissionais técnicos que somos, nos qualificando tecnicamente, de preferência com apoio institucional e com apoio de parcerias, a exemplo de promoção de estágio curricular e supervisão/preparação/formação de novos profissionais da Psicologia estando vinculado e antenado com as novas abordagens científicas. Ou seja, fazendo valer o conhecimento científico na experiência cotidiana das prisões. A título de conhecimento, o convênio de estágio com o Centro Universitário existe desde 2013 para os cursos de Psicologia e Serviço Social.

O estágio que motivou a realização deste trabalho, faz parte da disciplina “Estágio Integrador” do curso de Psicologia, que visa a inserção dos alunos em um dos campos de trabalho da Psicologia, bem como a realização de um diagnóstico institucional seguida de uma proposta de intervenção para o local, que neste caso foi o desenvolvimento do Projeto de Educação Complementar. Foi realizado em uma unidade prisional que abrange os regimes semiaberto e aberto, localizada na região metropolitana de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil e que tem como meta a socialização e a reintegração social de apenados com ênfase nas áreas de educação, saúde e trabalho. Tal local pertence a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública, sendo responsável por administrar a execução das penas e garantir o planejamento e execução da política penitenciária.

A execução das penas tem por base a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que instituiu a Lei de Execução Penal – LEP

(Brasil, 1984) que estabelece direitos e deveres para que os apenados possam cumprir suas penas, permitindo regressões e progressões de regimes, mediante avaliações realizadas por Psicólogos (as) e Assistentes Sociais, sendo estas demandas solicitadas pelo Judiciário. Devido a esta demanda ser colocada de modo a classificar sujeitos, a Psicologia vem demarcando seu território para ressignificar e ampliar o sentido dessa prática dentro do contexto prisional. Na LEP só há referência ao Psicólogo quanto a elaboração de laudos e pareceres técnicos, programa individualizado e acompanhamento da pena. Assim, a luta e a resistência dos profissionais se fazem necessária para ultrapassar as barreiras ou limitações que lhe foram impostas. Essa limitação é relacionada com a historicidade da prática da Psicologia nas prisões, atravessada pelo modelo médico e o determinismo científico, partindo da ideia de controle e patologização do indivíduo (Brasil, 2007).

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), traz em seus princípios fundamentais o respeito à dignidade, igualdade e integridade, que tem como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, devendo atuar com responsabilidade social e com práticas que visem a promoção de saúde, bem como proteção e prevenção. A partir disso, o psicólogo trabalhará promovendo espaços de escuta e acolhimento com um olhar diferenciado, livre de pré-conceitos e julgamentos, reiterando as potencialidades dos sujeitos desmistificando preconceitos e estigmas colocados sob aqueles que estão em cumprimento de sua pena, possibilitando espaços para esse coletivo por vezes silenciado. Deverá atuar no desenvolvimento do sujeito contribuindo para eliminar possíveis negligências e exploração indo ao encontro da LEP (Lei de Execução Penal). Também faz parte dos princípios éticos a análise crítica e histórica da realidade de determinado espaço, levando em consideração a realidade econômica, social e cultural na elaboração de atividades nesses espaços.

A psicologia no sistema prisional passa por modificações constantes sempre buscando

melhorias na atuação e prática direcionadas a esse contexto. Desde a organização da cartilha “Atuação dos (as) psicólogos (as) no Sistema Prisional” (Conselho Federal de Psicologia, 2010), que traz reflexões sobre o lugar e qual papel real desses profissionais frente a Execução Penal, no aprisionamento do indivíduo. Como, de fato, a psicologia como ciência e profissão pode associar a LEP com os princípios de seu código de ética? Após a problematização referente a obrigatoriedade do exame criminológico abriu-se campos de discussão referente ao que é possível realizar nesse ambiente para que se possa promover qualidade de vida e saúde para os sujeitos em cumprimento de pena (França, Pacheco, & Torres, 2016).

A Resolução CFP n.012/2011 que regula a atuação do psicólogo no contexto prisional foi suspensa judicialmente em abril de 2015. França, Pacheco e Torres (2016) trazem à tona a discussão referente a manifestação que se fez necessária do CFP (Conselho Federal de Psicologia) frente a essa suspensão tendo em vista que tal resolução garantia um caráter normativo da prática da Psicologia, assegurada como ciência e profissão. A algum tempo os psicólogos vem lutando para adentrar em espaços que antes eram pautados somente na lógica positivista, com os exames criminológicos tidos como obrigatórios. A Resolução vedava aos psicólogos o envolvimento em procedimentos de caráter punitivo disciplinar, trazendo a questão do exame criminológico como uma prática que deveria estar a serviço da ética do profissional, respeitando seus princípios.

O psicólogo no sistema prisional está exposto ao risco mediante o contato com pessoas que cometeram delitos dos mais diversos, contudo, necessita proporcionar com que o cumprimento de pena seja um espaço de experiência de preparação para uma melhor convivência, ao exercitarem isso no próprio sistema. Sendo assim, a experiência de estágio concretizou a realização de um Projeto em Educação Complementar que teve como intuito a ampliação da prática da Psicologia no contexto de um estabelecimento prisional de

regime semiaberto e aberto. Teve como referencial a abordagem ecológica do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner para um conhecimento do público alvo e a psicologia social e institucional de Gregório Barenblitt, bem como Michel Foucault para um entendimento da instituição.

A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano consiste em estudar os processos intraindividuais e ambientais que podem levar a mudanças de comportamento (Biaggio, 2015). Criada por Urie Bronfenbrenner (1979/1996), ao qual entende o desenvolvimento humano como um “processo de interação recíproca entre a pessoa e o seu contexto através do tempo” (Koller, 2011, p.57). Tem como foco principal os processos e suas interações ao longo do desenvolvimento, sendo que os aspectos psicológicos se tornam apenas uma parte da propriedade dos múltiplos sistemas que se inter-relacionam. Essa abordagem entende a pessoa como sujeito de sua própria história, a qual ele influencia e é influenciado concomitantemente ao longo do desenvolvimento no seu ciclo de vida (Koller, 2011).

Perceber o sujeito que cometeu algum delito através dessa abordagem nos permite um olhar aprofundado sob os sistemas que o cercam e o contexto sócio-histórico a que estão inseridos, permitindo um entendimento mais completo perante o indivíduo e não pautado apenas em informações rasas. Assim sendo, é possível pensar nas possibilidades para um acolhimento humanizado que enxerga além de seus estereótipos – que reiteram a exclusão e os põem constantemente à margem – permitindo um novo olhar para esse sujeito que está em constante processo de mudança. Essa abordagem dá ênfase para os processos que estão no ‘meio’ antes de pensar nos resultados, entendendo o ser humano como um “ser ativo, capaz de modificar-se e modificar seu ambiente” (Koller, 2011, p. 66) e não mais ver esse sujeito como fadado ao fracasso.

O movimento instituinte que almejamos nesse contexto, em busca da desconstrução de práticas cristalizadas e a transformação da vida,

encontra obstáculos tendo em vista que os apenados se encontram em uma situação de vulnerabilidade, desacreditados e, por vezes, não possuem recursos para efetivamente transformarem suas vidas. Como poderão encontrar seu poder coletivo sendo que fazem parte de uma sociedade que lhes põe constantemente a margem e exclui suas possibilidades de ser, lhes dão apenas a fixidez da identidade de criminoso. As políticas públicas por vezes tendem a determinar necessidades universais das instituições sociais, e o movimento institucionalista traz de volta a voz que o coletivo perdeu no meio do caminho entre pré-determinações e ideais padronizados (Barenblitt, 2002).

Foucault (2013) vai nos trazer uma reflexão pertinente sobre a prisão e o assujeitamento dos indivíduos aprisionados, sendo a transformação dos indivíduos que escapam dos controles e moldes, um dos principais papéis da prisão. Atuar no sentido de reparação e tornar dóceis e disciplinados aqueles sujeitos que “desviaram” da ordem estabelecida, como se fosse um “retreinamento”. A privação não seria apenas um mecanismo de privação de liberdade, mas de transformação desses indivíduos, o que nos faz questionar: que transformação é essa que se quer? Moldar indivíduos ou de fato auxiliar no desenvolvimento de práticas que facilitem um desenvolvimento mais adaptativo? Portanto, será que este ser não se encontra numa situação de assujeitamento, colaborando para um círculo de prejuízos que repercutem na violência do sistema social? Trazer à tona esse tipo de reflexão fortalece a construção de intervenções possíveis que possam trazer referências, olhar atentamente para sujeitos que a própria sociedade colocou à margem tornando-os “assujeitados” pois só quem dita as regras é o Estado e a sociedade em que está inserido, que determina o que é certo e errado.

Estas teorias auxiliaram na ampliação de um olhar crítico e reflexivo sobre a realidade penal, uma vez que a maior parte da população prisional já ocupava um espaço de invisibilidade antes do cumprimento de pena. Dessa forma, mesmo ocupando um espaço de

exclusão, estar na prisão pode ser um meio de reconhecimento e acesso a políticas públicas.

Bondía (2002) sugere “pensar na educação a partir do par experiência/sentido” (p.20), para o autor a experiência é um sentido sobre o que acontece, algo que nos toca, que vai adquirir uma relevância para além da simples transmissão de informação. A informação que chega pronta não deve substituir a experiência que nos convida a desbravar terras nunca antes visitadas – pois entende-se, que cada pessoa, cada mundo é singular – é a partir da experiência que se entende, se reflete, se significa espaços, inundando aquele que vive a experiência o transformando efetivamente.

Ainda sobre a experiência é importante que quando nos encontrarmos com os seres humanos habitantes de determinado espaço, se faça uma entrega real, saindo da cientificidade das teorias para uma prática faça sentido. A experiência nos convida a nos desvencilhar da onipotência de um saber/poder, de sempre conseguir o que buscamos, e assim se expondo ao novo, a troca, ao afeto (Bondía, 2002). Trata-se de uma abertura ao imprevisível, entendendo a singularidade de cada experiência, assim compreendendo que o relato da presente experiência não virá a se repetir, mas que pode embasar novas práticas nesses contextos.

A experiência de estágio partiu da realização de um diagnóstico institucional para elaboração de um projeto de intervenção através da observação das atividades desenvolvidas, a rotina, atuação da Psicologia e as relações que se dão nesse espaço, considerando as demandas externas e internas.

Por demandas externas entendem-se as questões sociais, políticas, atravessamentos e transversalidade que interpelam as relações. Por demandas internas entendemos, por exemplo, como questões psicossociais e solicitações dos apenados, sempre propondo um olhar reflexivo sob a singularidade de cada pessoa (Baremlitt, 2002).

Uma das demandas que mais despertaram atenção, por aparecem

constantemente na fala dos apenados, foi a importância do trabalho em suas vidas e o quanto se faz necessária uma atividade para quem está em processo de cumprimento de pena. O trabalho no sistema prisional pode ocorrer através de liga interna, carta de emprego ou PAC – protocolo de ação conjunta. A liga interna ou trabalho interno ocorre dentro das unidades prisionais, tais como cozinheiro e eletricitista. A carta de emprego ocorre através de autorização judicial para aqueles presos que tem direito ao trabalho externo e retornam ao seu local de trabalho anterior a pena ou obtiveram uma vaga no mercado de trabalho com apoio de sua própria rede social. O PAC é uma oportunidade àqueles presos que tem direito concedido pelo juiz, no entanto, não tem carta de emprego. Trata-se de uma parceria entre a SUSEPE e instituições governamentais e empresas para garantir a inserção dos apenados no trabalho, possibilitando o desenvolvimento de habilidades, aquisição de novos conhecimentos e a aquisição de um reconhecimento como qualquer outro trabalhador.

Conforme Morin, Tonelli e Pliopas (2007), o trabalho dá sentido à vida, aumenta a autoestima, sendo uma categoria de construção de subjetividade que desperta um sentimento de utilidade, pertencimento, tornando-se essencial na vida dos sujeitos em diversos âmbitos de suas vidas, muitas vezes ocupando um lugar central. Para Rohm e Lopes (2015), é através do trabalho que “o Homem se relaciona com a natureza, constrói sua realidade, significa-se, insere-se em contextos grupais, atua em papéis e finalmente promove a perenização de sua existência” (p.334). A partir do trabalho se assume uma posição de empoderamento frente a sociedade que entende o valor do indivíduo como aquele que produz, por isso a importância do trabalho na autoestima e motivação para mudança daqueles que estão em cumprimento de pena.

Ainda que o trabalho durante o cumprimento de pena seja uma condição para progressão do regime, no entanto, é também uma oportunidade de pertencimento ao mundo formal, formando uma identidade fora do rótulo

de criminoso, e ainda a oportunidade para uma nova vida. Mesmo que durante o cumprimento de pena, na unidade prisional sejam ofertados cursos profissionalizantes, ainda encontram dificuldades de inserção pós-cumprimento de pena, pois o estigma os acompanha, como um carimbo que os identifica para sempre como criminosos. Realizar um projeto que possa auxiliar no desenvolvimento pessoal, autoestima e na preparação para vida extramuros torna-se importante, pois é criado um espaço em que podem buscar alternativas e possibilidades. Não raro antes do projeto ouvimos no atendimento “*Preciso de emprego, ganhar dinheiro, tenho família para sustentar, mas ninguém quer um preso para trabalhar, então fica mais fácil ir pro lado ruim, sabe*”.

Os apenados que ainda não exerciam o trabalho externo chegavam ao atendimento verbalizando a angústia de “não ter o que fazer” da ansiedade diante do tempo de espera e o tempo que custa a passar com a rotina vazia sem o trabalho. Foucault (2013) fala sobre o ócio e a importância de distrair a mente de pensamentos ruins, o que embasou a proposta de intervenção para que eles aproveitassem o tempo com algo que fosse produtivo nesse tempo e se preparassem para o retorno social através da experiência da semiliberdade com o trabalho. Essa foi a primeira demanda para se pensar no projeto, começando por dar continuidade a intervenção realizada por outra estagiária, voltamos com a Estande de livros – Estande Novo Mundo, trazendo para eles a oportunidade de mergulharem em outros mundos e libertar a mente do ócio improdutivo através da leitura.

É necessário desenvolver processos de autogestão e autoanálise entre os apenados, para que possam se tornar sujeitos de suas histórias. Na autoanálise os apenados deveriam reconhecer suas necessidades para que pudessem contribuir para um ambiente saudável de convivência, para o “bem existir”, tendo em vista que o conhecimento estaria dentro do próprio grupo. O coletivo tem seus desejos e devem ser respeitados, para que então possam sair da margem, e trazer novas possibilidades de ser. Servindo como uma

possibilidade de resgate: resgate do que foi esquecido, o que foi perdido ou o que talvez nunca tenha sido desperto (Barembliitt, 2002)

O assujeitamento dos apenados frente ao sistema penitenciário está presente até mesmo nos PAC’s e Carta de Emprego quanto a sua condição de preso. “É como se a prisão lhes tirasse o passado, lhes negasse o futuro e os vinculasse num tempo presente contínuo, paralisado ali, no cárcere” (Resende, 2011, p. 51). A partir dos atendimentos realizados e em conversas entre eles, foi possível perceber o sentimento de não pertencimento e perda de identidade, que é reiterado pela própria sociedade que cria obstáculos para suas tentativas de virar a página como se eles tivessem uma eterna dívida e refletem: “*não somos criminosos, cometemos um crime*”. Para que pessoas privadas de liberdade superem a ocorrência do crime e do aprisionamento, caracterizando-o apenas como um episódio de vida, há a necessidade de que sejam incentivadas a desenvolverem habilidades cognitivas, pensando, refletindo, assimilando conhecimento e novos valores.

A importância de realizar esse artigo se justifica na necessidade de trazer à luz práticas inovadoras para o sistema prisional, como a realização de um estágio que visa integrar academia e prática incentivando a criação de projetos para esses espaços. Este trabalho se trata de um relato de experiência em que se desenvolveu o Projeto de Educação Complementar e é aqui relatado com objetivo de refletir sobre um fazer *psi* ampliado para além do que historicamente se entende sobre o papel do psicólogo nesses espaços, desmistificando o entendimento do Psicólogo como aquele que realiza diagnósticos e/ou classifica os sujeitos.

Aspectos metodológicos

O projeto composto por ações em educação complementar foi pensado a fim de contribuir na reintegração social dos apenados, sendo esta uma demanda que emergiu entre seus discursos e as incertezas frente a vida após o cumprimento de pena. Participaram do

projeto todos os apenados de regime aberto e semiaberto que ainda não possuíam deferimento para trabalho externo, ou seja, passavam o tempo integralmente no estabelecimento aguardando o consentimento do Juiz. Também colaborando no desenvolvimento de habilidades cognitivas, pensamento reflexivo e crítico, assimilação de novos conhecimentos e valores. A importância dessa atividade foi despertada por eles, quando percebemos a necessidade que tinham de desenvolverem sua expressividade, a escuta e compartilhassem seus pensamentos com o grupo. Sendo que as propostas e modalidades foram sendo construídas a partir do feedback espontâneo dos próprios participantes sobre o que entendiam ser importante e o que poderia vir a somar a cada experiência.

É necessário buscar recursos para que o tempo na unidade prisional seja de fato transformador, auxiliando no desenvolvimento pessoal (não somente o racional, da escola formal), colaborando para sua (re)integração preparando para vida em liberdade. Existe a necessidade de um resgate da pessoa como um indivíduo social, intelectual e moral para que este ganhe de fato a liberdade almejada, tendo em vista que as marcas de sua trajetória não devem servir como uma barreira impossível de desconstruir. (Sousa, 2011).

Durante o projeto foram realizados 7 (sete) encontros semanais, com duração média de duas horas contando com a participação das autoras do presente artigo, com participação em alguns encontros da equipe técnica (serviço social), atuando como facilitadoras, encorajando os participantes e também interagindo efetivamente na atividade, como integrantes do grupo foi ofertado para presos que ainda não tinham vaga ou autorização para o trabalho externo e a participação seria espontânea, não tinha caráter obrigatório. Os grupos contavam com 10 a 15 participantes, sendo essa variação justificada por saídas temporárias, ou situações específicas e era formado por presos que tinham idade entre 19 e 62 anos e em sua maioria com ensino fundamental incompleto, ainda que tivessem alguns com ensino médio incompleto, ou até

mesmo completo. Importante informar que o grupo nem sempre se manteve o mesmo pois ao longo dos encontros muitos iniciaram o trabalho externo, enquanto outros recém chegavam na unidade prisional.

O local escolhido dentro das dependências para a execução do projeto foi o refeitório geral, tendo em vista ser um espaço em que os apenados habitualmente circulavam e também compartilhavam momentos juntos. Era um espaço aberto que permitia a livre circulação dos apenados que poderiam se sentir à vontade caso quisessem apenas pegar algum livro, e também facilitava a participação daqueles que trabalhavam na cozinha. A fim de tornar esse espaço mais humanizado, colocamos um cartaz com imagens que serviam como dispositivos de reflexão.

Pensando em não reiterar uma exclusão, mas sim de proporcionar uma inclusão efetiva dos apenados nessa atividade, ampliamos o cronograma para além da Estande Novo Mundo, já que nem todos expressavam interesse pela leitura ou tinham dificuldades na leitura. Assim, montamos um cronograma onde foram utilizados recursos como jogos, materiais lúdicos para realização das tarefas, músicas e trechos de vídeos que entendemos como pertinentes as temáticas que seriam trabalhadas. Temáticas focadas em assuntos que despertassem o interesse deles, e muitas vezes, foram eles que deram ideias de assuntos, filmes, livros e atividades que gostariam de desenvolver nos encontros. Os filmes eram escolhidos com o intuito de sair de temáticas repetitivas, sempre trabalhadas em espaços de cumprimento de pena, como dependência química, mundo do crime, etc. e foram selecionadas temáticas de superação de obstáculos, amizade, fé, busca de sonhos e esperança, assim abordando outras realidades e aprendizados.

As rodas de conversas e dinâmicas favoreceram a interação além dos “muros”, corroborando com o objetivo principal de socialização e preparação para a vida pós cumprimento de pena. A partir da roda de conversa podemos pensar em possibilidades de

coconstrução, *ressignificação de sentido-saberes* e ainda abrir espaços para o compartilhamento de suas histórias de vida. A horizontalidade que almejamos durante o projeto é característica do método de roda de conversa, não permitindo que hierarquias se tornem barreiras durante o processo. As rodas são “uma estratégia libertadora, que favorece a emancipação humana, política e social de coletivos historicamente excluídos” (Sampaio, Santos, Agostini, & Salvador, 2014, p.1300).

Essa metodologia possibilita a “participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo” (Moura & Lima, 2014, p. 101). A utilização de grupos é importante, pois é o ser humano ao longe de sua vida vai interagir com diversos grupos, e é dentro do exercício do grupo que vai estabelecer e fortalecer vínculos, interação e ainda trocas sobre suas experiências. As trocas são fundamentais para o fortalecimento de vínculos, o que acaba propiciando qualidade de vida e a melhoria no convívio entre os colegas. Zimerman (2010) esclarece a importância do grupo nessa atividade “a partir do momento em que o maestro começa a reger a orquestra, cada músico (...), assume seu lugar, papel, posição e função e, principalmente, dialoga e interage com todos os demais(...)” (p.83).

O incentivo à leitura proporcionou um espaço em que o apenado pudesse compartilhar sobre as leituras realizadas, bem como, indicar para os outros colegas determinadas leituras. Promover qualidade de vida, evitar o ócio improdutivo, desenvolvimento da cognição, criatividade, dicção e habilidades sociais. Transformar a experiência de cumprimento de pena para além da marginalização que lhes foi posta pois, não se trata de ser criminoso, mas alguém que cometeu um crime e acima disso possui uma identidade e qualidades que devem ser exploradas, tornando os sujeitos como “atores” dessas atividades assim como devem tomar esse lugar em suas vidas.

As dinâmicas foram criadas e elaboradas a fim de proporcionar um momento de descontração, engajamento entre os participantes e uma proximidade maior entre o corpo técnico que participa e os apenados. As dinâmicas permitem que haja uma comunicação direta com o compartilhamento de ideias, reflexões e sentimentos frente a determinados pontos, além de desenvolverem sua expressividade.

Resultados e Discussão

O primeiro encontro foi de apresentação do projeto para os apenados, onde falamos sobre os objetivos do projeto, deixando livre para que os apenados pudessem dar ideias e expressassem suas expectativas e necessidades. Assim proporcionando um espaço para falar sobre seus medos, angústias e também um espaço para construir vínculos saudáveis. O projeto foi construído em conjunto com eles, a partir disso nesse primeiro momento buscamos conhecer cada participante formando uma roda de conversa onde trouxeram suas qualidades, defeitos, gostos, leituras que tinham realizado e também as expectativas para o projeto que se iniciava. Ao final, surgiu do próprio grupo a ideia de que um incentivasse o outro na participação, respeitando os limites de cada um: “*Estamos só começando, com o tempo vamos nos unir cada vez mais, e ir se desenvolvendo, até mesmo como falar em público, que é importante, né*”.

O segundo encontro foi de *Cinedebate*, com a exibição do filme “Um Sonho Possível” (Hancock, 2009) que aborda temas de esperança ao passar por uma crise, vulnerabilidade e resiliência, importância da educação, motivação, escolhas, afetividade e ainda o fortalecimento das potencialidades da pessoa. Durante sua exibição foi possível observar as reações de emoção diante dos detalhes e nuances do filme. Ao final falaram sobre o que aquele momento tinha representado para eles, um momento em que se sentiram enfim enxergados. Trouxeram comentários de gratidão e a necessidade que sentem de atividades como essa e que: “*A cadeia não precisa parecer um campo de extermínio,*

precisamos de mensagens como essas, obrigada”.

No terceiro encontro fizemos a *Roda de Conversa* que contou com a participação especial de convidadas do DTP (Departamento de Tratamento Penal) no qual foram feitas dinâmicas com o grupo. A primeira dinâmica envolvia uma caixa no centro da roda com bilhetes coloridos sendo solicitado que formassem duplas de acordo com a cor do bilhete - escolhido aleatoriamente -, proporcionando maior interação entre todos sem distinção hierárquica, e então que cada um apresentasse sua dupla. Em cada bilhete também tinha uma frase, e deixamos livre para a leitura e a reflexão da frase fosse lida conforme vontade dos participantes, sem exigências. Foi possível perceber que após um começar a leitura outros começavam ou encorajavam o colega ao lado. Um dos participantes não era alfabetizado, foi então que os colegas ajudaram ele a fazer a leitura para posteriormente fazer sua própria reflexão no grupo. Após esse momento foi exibido um vídeo com a música *Linhas Tortas* (Pensador, 2012) que falava sobre a importância da leitura e o quanto os livros podem levar para outros mundos, após a exibição os participantes fizeram suas reflexões e elogios sobre o material escolhido.

Ainda nesse mesmo encontro contamos com a exposição de um varal que continha algumas imagens, então foi solicitado que cada um escolhesse alguma imagem que havia lhe chamado atenção ou passado alguma mensagem. Essa atividade despertou reflexões sobre a vida, onde trouxeram um olhar sobre as metáforas que poderiam existir através daquelas imagens, elogios entre os colegas sobre as frases escritas e o que pensaram sobre a imagem do outro também.

As atividades realizadas na roda de conversa proporcionaram momentos de descontração e renderam feedbacks positivos e espontâneos dos próprios apenados que elogiaram as escolhas das atividades e o modo como foi direcionado. Os apenados falaram sobre o quanto momentos assim eram

importantes em meio a dias tão difíceis e o quanto se nutrir de reflexões boas, se sentirem enxergados e escutados com credibilidade fazia diferença para eles. Ressaltaram que foi através da Estande Novo Mundo (atividade de empréstimo de livros) que criaram o interesse pela leitura e que se sentiam motivados a trazer reflexões diferentes a cada encontro, demonstrando seu sentimento de segurança frente ao grupo e de se sentirem escutados. Ao final fizemos um abraço coletivo e cada um falou o que tinha significado aquele momento surgindo palavras como: *“União, desenvolvimento, superação, espaço e esperança.”*

No quarto encontro realizamos uma dinâmica que nomeamos de *“Quanto vale?”* Foi uma atividade em que levamos alguns cartões com palavras que pudessem ter valores físicos ou emocionais e que cada um falasse um pouco sobre o valor atribuído a determinada palavra. As palavras selecionadas foram: tênis, carro, roupa nova, abraço, liberdade e respeito. As reflexões tomaram uma direção diferente da esperada, onde superou a expectativa. Trouxeram experiências de vida através das palavras. Partiu deles o desfecho de que as coisas mais valiosas nós já possuímos. A palavra *roupa nova* por exemplo despertou a seguinte reflexão: *A roupa nova pra mim significa uma nova fase de vida, uma nova identidade. Tipo quando eu sair daqui vou estar de roupa nova, sabe?*

Outro participante também deu o exemplo da importância de um *tênis* em sua vida:

Foi através de um tênis que parei de fumar. Uma vez estava no fechado e queria jogar futebol, mas eu não tinha um tênis para jogar. Então outro preso me ofereceu um tênis, mas só me daria o tênis se eu parasse de fumar. Então parei de fumar e ganhei o tênis.

Nesse mesmo encontro utilizamos como mais um recurso para agregar na temática de valores, um vídeo *“Entrevista com Maria – Humano”* (Arthus-Bertrand, 2015) o qual abordava a história de vida de uma senhora que

superou obstáculos em busca da alfabetização e que falava sobre sua maior riqueza: um chinelo. Após a exibição os participantes ficaram emocionados e admirados com a história dela, e acreditados de que sempre é possível recomeçar: “*Se ela tem 80 anos e consegue, nós também conseguimos né?*”. Conseguimos romper as barreiras existentes no início que impediam a imersão dos participantes efetivamente na atividade. A hierarquia pré-existente e o não saber como funcionaria, o que se fazia nos encontros, tinha se tornado uma barreira frente a vontade de conhecer o projeto. Mas ao longo dos encontros foi observado o engajamento e motivação para participarem e quando alguém não comparecia algum colega explicava qual motivo. É possível perceber o fortalecimento de suas interações quando um estimula o outro a falar mais e esse processo vem do próprio grupo colaborando com o objetivo do projeto que nós fossemos apenas facilitadoras que fazem parte do grupo, longe de uma posição de hierarquia estabelecida rigidamente.

No quinto encontro realizamos a Hora do Jogo no qual um participante escolheria uma palavra que seria a “senha” e precisaria utilizar sinônimos, antônimos, dicas ou frases que pudessem servir para que o restante do grupo adivinhasse qual a palavra escolhida. A escolha desse jogo foi baseada nos atendimentos individuais e também nos encontros com o grupo, em que os apenados trouxeram a necessidade de exercitar a sua escrita, e o receio que tinham das provas de redação e solicitaram ajuda ao corpo técnico. Foi pensando nisso que resolvemos trabalhar esses pontos de maneira divertida e interativa, e que pudesse contribuir positivamente para todos – até mesmo aqueles que não eram alfabetizados.

Durante o jogo foi possível perceber o espírito de competição que foi despertado de imediato onde eles mesmos acabaram criando regras em que todos deveriam aplaudir o colega que acertasse a palavra e deveria ser feito silêncio para escutar o outro. Segundo eles, quem acertasse a palavra ficaria “rico” (as cartas continham um valor simbólico de dinheiro) e todos precisavam tentar ficar rico.

Essa atividade proporcionou um empoderamento de suas identidades, autogestão, bem como, também auxiliou no pensamento lógico, raciocínio, memória, atenção, criatividade, sendo estes componentes importantes também para a escrita. Através de agradecimentos, demonstrando a necessidade e importância de momentos também de diversão, de fortalecimento de vínculos e interação. Surgiram falas como: “*Nossa, eu consegui acertar várias, tu viu? Viu como tu consegue, meu? É difícil, mas a gente tem que tentar né?*”

No sexto encontro, ainda com a proposta de Hora do Jogo realizamos um jogo de palavras com o intuito de continuar o desenvolvimento da criatividade e raciocínio lógico e pensando no forte vínculo que vinha se formando propomos a dinâmica de “construção de história”. Elaboramos junto com os participantes palavras que seriam utilizadas no jogo e após, cada um ficaria com uma palavra por meio de sorteio. A proposta era iniciar uma história com alguma das palavras e os outros participantes deveriam dar continuidade na história com a palavra sorteada. Como já mencionado anteriormente, eles nos surpreenderam conduzindo essa atividade para além de um simples jogo, utilizando o momento para falar sobre suas angústias, suas situações de vida e sentimentos despertados pelas palavras. As palavras “saúde, amor, família e liberdade” foram as escolhidas, e todos auxiliaram um ao outro nas angústias que foram despertadas, quando contavam suas situações de vida. Após essa atividade passamos o filme “Uma lição de vida” (Chadwick, 2014) que foi escolhido e sugerido conforme conversa realizada com o grupo. O filme despertou reflexões sobre a determinação do personagem principal e que “*nunca é tarde pra estudar, se ele conseguiu também conseguimos*”.

No sétimo encontro, realizamos o fechamento do Projeto com a “Dinâmica da rede” onde utilizamos um barbante para que cada um passasse o barbante para alguém do grupo e pudesse falar o porquê escolheu aquela pessoa. Durante a atividade, e a partir de quem escolhiam para passar o barbante expressavam

sua admiração pelos colegas, ou por alguma de nós, explicando suas escolhas e o quanto eram importantes, sendo possível ver os vínculos que se criam nesses espaços. Os vínculos eram pautados em identificações, como um exemplo a ser seguido para os mais novos por exemplo.

Ao fim se formou uma rede na qual refletimos a importância das redes, dos laços e a influência de nossos atos na vida das pessoas que nos cercam, e ainda nossas atitudes no mundo. Após a atividade da Rede, falamos sobre todo processo do Projeto, e abrindo espaço para um feedback dos participantes diante das atividades que foram propostas. Foi um momento de despedida, em que agradeceram pelas atividades e por terem sido pensadas pra eles, para além do óbvio, ou do já esperado. Perceberam que seus laços entre os colegas que participavam dos grupos tinham se fortalecido, e o quanto em alguns momentos puderam refletir sobre suas vidas, histórias e pensar em seu futuro pós cumprimento de pena. Se mostraram gratos e também falaram sobre sentimentos de empoderamento, diante das novas percepções a partir das conversas e dinâmicas. Se sentiram enxergados, escutados e um dos participantes expressou que *“muitas vezes vir no grupo melhorava o dia, as vezes tu não tava bem, aí vinha e esquecia dos problemas”*

Ao longo do projeto foi possível observar referente aos participantes diversos movimentos com o intuito de mudanças e melhorias para o projeto, quando traziam suas ideias e também demonstravam sua segurança frente ao grupo. Esse processo se caracteriza como um movimento instituinte, entendido por Baremblytt (2002) como um movimento de criação, de abertura para o novo, quando se questiona as regras e processos que podem ser revistos e elaborados coletivamente. Desde a mudança de local e a participação ativa dos apenados na construção de cada encontro, o que possibilitou atingirmos os objetivos iniciais de um projeto construído coletivamente por eles e para eles - respeitando suas demandas advindas por meio de seus discursos -, autoanálise e autogestão do grupo sempre em constante busca por melhoras nas práticas instituídas. Os

processos de autoanálise puderam ser observados a partir do momento que os próprios apenados trouxeram suas reais necessidades possibilitando o foco do projeto no seu desenvolvimento social, e sua (re)inserção na sociedade após o cumprimento de pena que é entendida como uma dificuldade real pelos apenados. Sentimentos de pertencimento contribuíram para a autogestão do grupo quando eles traziam suas ideias de livros, filmes e mantinham uma posição de empoderamento durante as dinâmicas. Fora do horário dos encontros se reuniam para estudar para uma prova do ENCCEJA PPL que se aproximava ou ainda para contarem suas histórias uns para os outros, alguns deles formaram seu próprio culto religioso.

Foi perceptível o quanto os apenados se sentiram gratos pelas atividades desenvolvidas por se sentirem olhados, por receberem uma atenção longe das rotinas disciplinares, longe de uma sala fechada, mas sim em um ambiente deles – no refeitório e auditório da Fundação Patronato Lima Drummond. Expressaram no pronto atendimento ou em encontros nas demais áreas do local com as Psicólogas e Assistentes Sociais, o gosto e a necessidade de serem acolhidos e enfim, escutados. Nosso papel encorajador contribuiu na medida em que reiteramos em todos os encontros a importância de abrir espaços em que pudessem se expressar e a participação deles na construção da atividade, contribuindo assim para se tornarem pessoas ativas, legitimando suas potencialidades e fortalecendo o vínculo entre eles.

Considerações finais

O fazer *psi* dentro do contexto prisional adentra mundos que muitas vezes foram esquecidos, silenciados por muito tempo e é nesse momento que nos empoderamos do nosso fazer. É dentro desses locais que vamos ampliar todos os dias, incansavelmente, o olhar para além do sujeito aprisionado que cometeu um crime, pensando nas condições e possibilidades de cada um e abrindo espaços para que estes possam se expressar livremente.

O projeto aqui exposto permite perceber que a Psicologia ao trabalhar com atividades de cunho educacional, estará atuando no incentivo e desenvolvimento da educação de presos a nível da educação formal e da qualificação profissional, e também estará criando formas de intervir psicologicamente para o desenvolvimento de habilidades sociais. É possível ainda, despertar para novos valores e uma nova cultura acerca de si como indivíduo e em interação e importância para com a coletividade. Foi possível perceber os resultados positivos, justificados pelo desenvolvimento de vínculos e reconhecimento do outro, além do feedback espontâneo do público alvo deste trabalho, que participaram do projeto.

Segundo Sousa (2011), intervenções com ênfase na educação dentro desses contextos deve transpassar o universo dos apenados, para também atuar junto aos atores da instituição, visando desenvolver “competências técnicas, competências intelectuais e competências humanas” (p. 242). É importante que se possa manter um caráter de participação voluntária, sendo um espaço de acolhimento e possibilidades de ser. Para que as práticas sejam desmistificadas, trabalhadas e ocorra um processo de construção do saber mútuo, é necessário que sejam construídos junto à comunidade entendendo que a transformação vem do social em toda sua dimensão.

No contexto do sistema prisional, um projeto como esse pode um ser um exemplo de possível intervenção da Psicologia e servir de base para refletirmos sobre as possibilidades desse fazer que deve desenvolver os sujeitos que cumprem sua pena de forma digna e saudável. Entende-se como novas possibilidades do fazer *Psi* práticas que visem

o empoderamento do sujeito, proporcionando espaços que contemplem a integração saudável entre os membros do corpo técnico e daqueles que estão cumprindo sua pena e participam das atividades. Deixamos como sugestão intervenções que desenvolvam um tratamento embasado tecnicamente e longe de preconceitos e pré-julgamentos já instituídos na prática dos agentes, visando romper com abismos entre a atuação do setor técnico e os agentes penitenciários junto aos apenados.

É necessário reparar todas as partes envolvidas na atuação do contexto prisional, não só o que emerge dos discursos dos apenados, mas o que está encoberto na relação entre apenados e agentes que reiteram a exclusão e sentimentos de desigualdade. Não foram raras as vezes em que os discursos de alguns agentes foram permeados de discriminação e desdém perante as potencialidades e capacidades dos apenados. Baremlitt (2002) entende esses atravessamentos como dimensões sociais que reiteram e reproduzem na sociedade o instituído e que interpenetram as relações, resistindo as transformações.

Vale ainda ressaltar, que se faz necessário pensar na possibilidade de se criar uma Psicologia Penitenciária, através do diálogo da comunidade científica com os profissionais que ali atuam para delinear este espaço tão específico e que requer atenção. Assim, pensamos que a Psicologia no sistema prisional não está em interface apenas com o direito, mas com a clínica, o trabalho, a saúde, a educação, a família e a sociedade. Dessa forma, consideramos uma experiência extremamente válida de estágio curricular fornecendo um aporte importante para a prática profissional futura neste local e também contribuindo para novas escolhas.

Referências

Arthus-Bertrand, Y. (2015, Setembro 11). Entrevista com Maria - BRASIL - #HUMAN [arquivo de vídeo]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=Fb_Z-Ty1Eh4

Baremlitt, G. (2002). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guatarri.

- Biaggio, A. M. B. (2015). *Psicologia do desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brasil. (1984). *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210compilado.htm.
- Brasil. (2007). Ministério da Justiça Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN *Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro*. Brasília, DF: Ministério da Justiça
- Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20-28. doi: [10.1590/S1413-24782002000100003](https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003)
- Chadwick, J. (2014, Agosto 14). Uma lição de vida [arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=yY8HvL6bUOw>
- Conselho Federal de Psicologia. (2010). *Atuação dos(as) Psicólogos(as) no sistema prisional*. Brasília, DF: CFP. Recuperado de: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/09/Atuacao_dos_Psicologos_no_Sistema_Prisional.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2011). *Psicologia em interface com a Justiça e os Direitos Humanos*. Brasília, DF: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, DF: CFP.
- Resolução CFP nº 012, de 25 de maio de 2011*. Regulamenta a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito do sistema prisional. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/resolucao_012-11.pdf
- França, F., Pacheco, P., & Torres, R. (2016). *O trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional: problematizações, ética e orientações*. Brasília: CFP
- França, F. (2004). Reflexões sobre a psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. *Psicologia Teoria e Prática*, 6(1), 73-80. Recuperado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1200/896>
- Freitas, M. A. (2013). Psicologia Forense e Psicologia Jurídica: aproximações e distinções. *De Jure – Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*, 12(20), 82-103. Recuperado de <http://dejure.mpmg.mp.br/index.php/dejure/article/view/114/31>
- Foucault, M. (2013). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hancock, J.L. (2009, Novembro 17). Um sonho possível [arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=Ms1o2MlUYNo>
- Koller, S. H. (2011). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no brasil*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Medeiros, A. C. A, & Silva, M. C. S. (2015). A atuação do psicólogo no Sistema Prisional: analisando e propondo novas diretrizes. *Revista Transgressões, Ciências Criminais em Debate*, 2(1), 100-111. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6658/5160>
- Morin, E., Tonelli, M. J., & Pliopas, A. L.V. (2007). O trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade*, 19(edição especial), 47-56. doi: [10.1590/S0102-71822007000400008](https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400008)
- Moura, A. F., & Lima, M. G. (2014). A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*, 23(1), 98-106. Recuperado de <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338/0>
- Pensador, G. (2012, Maio 10). Gabriel o Pensador - Linhas Tortas (Clipe Oficial) [arquivo de vídeo] Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=24QmQfPCsgQ>
- Resende, S. H. (2011). A vida na prisão: histórias de objetivação e sujeição na educação do condenado. In. S. A. Lourenço, & E. M. C. Onofre (Orgs.), *O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas* (pp. 49-80). São Carlos, SP: EdUFSCar.
- Popolo, J. H. (1996). *Psicologia judicial*. Mendoza: Ediciones Jurídicas Cuyo.
- Rohm, R. H. D., & Lopes, N. F. (2015). O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-

moderno: uma abordagem crítica. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(2), 332-345. doi: [10.1590/1679-395117179](https://doi.org/10.1590/1679-395117179)

Rosa, L. R., & Antoni C. (2007). Os Desafios da Prática Psicológica no Contexto Penitenciário. In. S. C. Hutz. (Org.), *Prevenção e Intervenções em Situações de Risco e Vulnerabilidade* (pp. 49-75). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Sampaio, J., Santos, G. C., Agostini, M. & Salvador, A. D. S. (2014). Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com

jovens no sertão pernambucano. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 18, 1299-1311. doi: [10.1590/1807-57622013.0264](https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0264)

Sousa, A. R de. (2011). Educação nas prisões: desenvolvimento de competências para o exercício da liberdade. In. S. A. Lourenço, & E. M. C. Onofre (Orgs.), *O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas* (pp. 223-244). São Carlos, SP: EdUFSCar.

Zimerman, D. E. (2010). *Fundamentos básicos das grupoterapias*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Dados sobre as autoras:

- *Wanessa Castro Camargo*: Está no 9º semestre de graduação em Psicologia no Centro Universitário FADERGS, da rede Laureate International Universities, na qual também é Assistente de Biblioteca desde 2015. Realizou estágio obrigatório integrador na Fundação Patronato Lima Drummond, vinculado a SUSEPE (2017) e estágio obrigatório de psicopatologia no Hospital Espírita de Porto Alegre (2016). Participou de 2015 a 2017 do grupo de pesquisa titulado como “Os modos e processos de subjetivação contemporâneos e suas interfaces com a saúde” que priorizavam as temáticas de relações de gênero, sexualidade, violência e políticas públicas. Atualmente participa da Liga Acadêmica de Dor e Funcionalidade, no Centro Universitário FADERGS.
- *Lutiana Ricaldi da Rosa*: Psicóloga graduada pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2002), Especialista em Psicologia Clínica com ênfase em Saúde Comunitária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006), Especialista/Terapeuta de Casal e de Família pelo Centro de Estudos da Família e do Indivíduo (2012) e Doutoranda em Psicologia pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES/Buenos Aires). Psicóloga Clínica, Técnico Superior Penitenciário e Professora Colaboradora da Escola do Serviço Penitenciário (SUSEPE/ESP) nas Disciplinas de Psicologia das Relações Interpessoais, Saúde do Trabalhador e Justiça Restaurativa.